

## **O vírus do mercado: Sindemia e as contribuições das ecovilas para a reconfiguração da relação ser humano/natureza**

**The vírus of the market: Syndemic and the contributions of ecovillages to the reconfiguration of the human being/nature relationships**

**El virus del mercado: la sindemia y las contribuciones de las ecoaldeas a la reconfiguración de la relación humano/naturaleza**

Recebido: 14/06/2021 | Revisado: 24/06/2021 | Aceito: 28/06/2021 | Publicado: 12/07/2021

**Guilherme Smaniotto Tres**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9765-7524>  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
E-mail: [guis3@hotmail.com](mailto:guis3@hotmail.com)

**Washington Jose de Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6295-2806>  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
E-mail: [wsufrn@gmail.com](mailto:wsufrn@gmail.com)

### **Resumo**

Afirmamos nesse artigo que a crise provocada pelo Sars-CoV-2, causador da Covid-19, é uma crise ecológica. O agenciamento de ações efetivas para seu controle e superação requer compreensão sistêmica do fenômeno e o conceito de sindemia é mais adequado à medida que abarca tal complexidade. Discutimos, assim, a ruptura do sociometabolismo entre ser humano/natureza em meio à relações alienadas de produção efetivadas no mercado e como o movimento de ecovilas contribui para reconfigurar a relação ser humano/natureza a partir de bases ecológicas. A indústria agrícola e da construção, que modelam a distribuição espacial tanto no campo quanto na cidade a partir da lógica de acumulação do capital, exercem forte pressão nos ecossistemas e são tomados como referência nesta investigação. Experiências de quatro ecovilas, por meio de pesquisa de inspiração etnográfica, revelam um tipo organizacional que, uma vez orientado à autossuficiência mediada pelo trabalho comunal autogestionário, tem potencial para reconfigurar a relação ser humano/natureza mitigando embaraços do enclave mercado e consequências da sindemia via práticas de policultivos, bioconstruções e difusão de seus ideais por sua militância e educação ecológica ao mesmo tempo que toca em pontos fundantes da crise, ou seja, a degradação socioambiental.

**Palavras-chave:** Sindemia; Ecovilas; Ecologia; Agroecologia.

### **Abstract**

The crisis caused by Sars-CoV-2, which causes Covid-19, is an ecological crisis. The agency of effective actions for its control and overcoming requires a systemic understanding of the phenomenon and the concept of syndemic is more appropriate as it encompasses such complexity. Thus, we discuss the rupture of sociometabolism between human being/nature in the midst of alienated relations of production carried out in the market and how the movement of ecovillages contributes to reconfigure the human being/nature relationship based on ecological bases. The agricultural and construction industries, which model the spatial distribution in the countryside and in the city based on the logic of capital accumulation, exert strong pressure on ecosystems and are taken as a reference in this investigation. The experiences of four ecovillages, through ethnographic-inspired research, reveal an organizational type that, once oriented towards self-sufficiency mediated by self-managed communal work, has the potential to reconfigure the human/nature relationship, mitigating the embarrassments of the market enclave and the consequences of the syndemic via polyculture practices, bio-constructions and dissemination of their ideals for their militancy and ecological education, while touching on the fundamental points of the crisis, that is, socio-environmental degradation.

**Keywords:** Syndemic; Ecovillages; Ecology; Agroecology.

### **Resumen**

La crisis provocada por Sars-CoV-2, que provoca Covid-19, es una crisis ecológica. La agencia de acciones efectivas para su control y superación requiere una comprensión sistémica del fenómeno y el concepto de sindemia es más apropiado ya que abarca tal complejidad. Así, discutimos la ruptura del sociometabolismo entre ser humano / naturaleza en medio de relaciones de producción alienadas realizadas en el mercado y cómo el movimiento de ecoaldeas contribuye a reconfigurar la relación ser humano / naturaleza a partir de bases ecológicas. Las industrias agrícola y de la construcción, que modelan la distribución espacial tanto en el campo como en la ciudad a partir de la

lógica de la acumulación de capital, ejercen una fuerte presión sobre los ecosistemas y son tomadas como referencia en esta investigación. Las experiencias de cuatro ecoaldeas, a través de investigaciones de inspiración etnográfica, revelan un tipo organizativo que, una vez orientado hacia la autosuficiencia mediada por el trabajo comunitario autogestionado, tiene el potencial de reconfigurar la relación humano / naturaleza, mitigando las limitaciones del enclave del mercado y las consecuencias de la sindemia a través de prácticas de policultivo, bioconstrucciones y difusión de sus ideales a través de su militancia y educación ecológica, mientras tocan los puntos fundamentales de la crisis, es decir, la degradación socioambiental.

**Palabras clave:** Sindemia; Ecoaldeas; Ecología; Agroecología.

## 1. Introdução

Este artigo derivou-se de coleta de dados para um estudo maior envolvendo relações de trabalho, econômicas e autogestão em ecovilas. A partir de uma abordagem de inspiração em estudos etnográficos realizamos uma pesquisa em quatro ecovilas foram sistematizadas experiências comunitárias que evidenciam particularidades organizacionais em bases ecológicas, de orientação à autossuficiência em arcabouço autogestionário. Entre o fim do primeiro e o início do segundo semestre de 2020, quando lideranças das ecovilas foram procuradas para arbitragem a respeito dos achados da pesquisa de campo, espontaneamente emergiram registros a mudanças ocorridas nas dinâmicas comunitárias a partir de consequências socioeconômicas do vírus. Com base nessa coleta secundária, derivamos uma abordagem com ênfase no fenômeno que rapidamente avançava e causava mortes por todo o mundo, a chamada “crise sanitária” provocada pela Sars-CoV-2. O objetivo, portanto, é evidenciar contribuições do movimento de ecovilas na reconfiguração da relação ser humano/natureza tentando revelar tipo organizacional que, uma vez orientado por estilo de vida de integração entre ser humano e ecossistemas, tem potencial para imaginarmos cenários que mitiguem as consequências de sindemia originárias do Sars-CoV-2 e eleva o debate para a discussão de suas causas ecológicas.

O fato do vírus Sars-CoV-2 ter “surgido” no mercado de Wuhan é simbólico. Mesmo que sua origem ainda seja indefinida, e provavelmente de difícil asserção, pouco importa. Afinal, a destruição de ecossistemas que impele interação entre ser humano e meio ambiente natural degradante para ambos ocorre em todas as partes do mundo, logo, o vírus poderia ter surgido em qualquer lugar. São raras as considerações em torno das condicionantes sociais e ambientais que proporcionaram tal crise. O capitalismo foi o primeiro modo de produção a criar uma lógica que não leva em conta as necessidades humanas e sociais (Antunes, 2018), mas, sim, a acumulação de capital. Os ecossistemas, portanto, são tomados como meio para a acumulação do capital e a crescente degradação e pressão ecológica que acompanha esse processo torna possível, e é cada vez mais eminente, que passemos a viver em uma era de sindemias perenes.

A crise provocada pelo Corona vírus quando entendida como estritamente sanitária oculta fenômeno mais profundo. Trata-se de uma crise ecológica e complexa que tem natureza política. Por isso, o conceito de pandemia é limitante. Não é pelo fato de o vírus afetar a saúde das pessoas que as ações para sua solução devam estar restritas ao tratamento médico/hospitalar, sanitário. O vírus é uma representação humana que só existe e se espalha porque está presente na sociedade e segue dada dinâmica. Ou seja, o vírus só existe na *pólis* e, por isso, é político. Dessa forma, consideramos mais adequado tratar da crise a partir do conceito de sindemia, ou seja, a teia de relações sinérgicas que possibilita o vírus existir e se multiplicar.

O modo de interação entre ser humano e natureza é fundamentalmente mediado pelas condições postas pelo modo de produção vigente. “O moinho manual dar-nos-á a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial” (Marx, 1974, p. 88). Ao mesmo tempo em que produzimos tecnologias, nos engendramos à elas. A partir do desenvolvimento capitalista, no entanto, o ser humano é alienado dele próprio e da natureza (Mészáros, 2016) e ocorre o que Foster (2012) qualifica como falha, ou ruptura metabólica entre ser humano e natureza. Em contrapartida, movimentos sociais, políticos e organizações alternativas catalisam demandas, mais ou menos radicais, que buscam conciliar interesses humanos e ecossistêmicos, muitos deles, em meio a processos de trabalho autogeridos. É o que parece ser o caso do movimento de

comunidades intencionais de motivação ecológica, as ecovilas. Desse entendimento, emerge a questão que orienta as reflexões aqui pautadas: *considerando que o Sars-Cov-2 procede do modo como a humanidade organiza suas relações sociais, que no momento histórico atual produz uma ruptura no metabolismo ser humano/natureza, que contrapontos experimentam as ecovilas à esta crise estrutural uma vez que são orientadas por princípios ecológicos?*

O texto está organizado do seguinte modo: após essa introdução debatemos como a sindemia pode ser compreendida como a objetivação da ruptura no metabolismo ser humano/natureza fruto de relações humanas alienadas específica do modo de produção capitalista. Abordamos em específico a degradação socioambiental promovida pela indústria da construção e da monocultura agricultura para, em seguida, apontarmos as motivações e ideais do movimento de ecovilas, suas contestações a tais pontos e ações promovidas. Segue-se a metodologia empregada onde descrevemos o percurso metodológico de inspiração etnográfica que dá subsídio para as análises e para a apresentação dos resultados e considerações finais.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Sindemia e ruptura do metabolismo ser humano e natureza

A crise global que, à primeira vista, é gerada por um fragmento de RNA (ácido ribonucleico), revela a fronteira tênue entre o que é humano, cultural e social e o que é o meio ambiente natural. Considerar rupturas e desequilíbrios entre essas partes no seu percurso histórico em meio a um modo de produção específico como o capitalismo contribui para elevar o entendimento do fenômeno para além de mera relação causal vírus/doença. O conceito de sindemia, assim, mostra-se mais adequado. Trata-se de termo cunhado pelo antropólogo-médico Merrill Singer na década de 1990 que designa o conjunto de relações sinérgicas entre saúde e condicionantes sociais. Mais recentemente, o editor-chefe da revista *The Lancet* afirmou que a COVID-19 não é pandemia, mas, sim, sindemia, o que requer abordagens abrangentes de saúde coletiva (Horton, 2020). A sindemia, a nosso juízo, é a objetivação de uma condição humana alienada que se espalha por toda sua sociabilidade e que, com o desenvolvimento do capitalismo e a vida orientada ao mercado se generaliza em âmbito global.

A partir da separação entre propriedade e trabalho, quando se estabeleceu a contradição capital/trabalho, o ser humano aliena-se do produto de seu trabalho, durante o ato produtivo e da espécie, ou seja, de seu semelhante e da natureza (Marx, 1978). O produzir para gerar lucro e não para suprir necessidades humanas distingue o capitalismo de outras formas societárias pré-existentes (Antunes, 2018). Em meio a relações alienadas, o trabalho, como “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (Marx, 1996 p. 172), toma outros contornos, agora orientado à valorização do capital. Ocorre, então, uma ruptura, ou falha no sociometabolismo ser humano/natureza (Foster, 2012). A acidificação dos oceanos, perda da biodiversidade, fome em massa, expansão urbana desenfreada são notórias e as consequências são imprevisíveis. A sindemia é uma dessas consequências e as conexões entre devastação ecológica, alienação e modo de produção capitalista obscurecem sua apreensão. A saída mais fácil é a naturalização da doença.

Na sociedade contemporânea o indivíduo torna-se o centro do mundo. Han (2017) denuncia que o indivíduo atomizado se vê enredado nele mesmo, em um narcisismo exacerbado que, no limite, acaba com o outro, ou seja, acaba com o significado do que é viver em sociedade. O império do *self* se estabelece e a sindemia passa a ser tratada não como problema social e político, que demandaria ações conjuntas, mas, sim, como alguma força natural que requer o emprego de técnicas avançadas para seu controle, seja pelo desenvolvimento de equipamentos de saúde, medicamentos ou vacinas. Medicamentos e vacinas não têm alma ou rosto - sobram números, pesquisas e tecnologias. Esse viés, a partir de um ponto de vista sistêmico e ecológico, é questionável. Os números por si, não revelam sofrimento que antecede a morte nem a dor e insegurança dos que permanecem vivos. Quando se desumanizam parcelas da população, a morte é aceitável (Butler, 2011).

As nações fazem uso de mapas para ilustrarem a incidência do Corona vírus e “zonas de perigo”. Essa atuação provoca debates sobre o papel do Estado durante a sindemia, mas, o fato é que o poder opera dentro de uma lógica que

Foucault (1987) denominou de biopoder. O Estado faz tão somente o que sempre fez a partir da modernidade, ou seja, controle da população nos aspectos da vida biológica. Se antes da modernidade o poder se manifestava na morte, por exemplo, nas penas capitais legitimadas pelo poder do soberano, agora o poder atua nos processos da vida e se efetua pela vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, naturalmente, utilizá-los em seu máximo (Foucault, 1987). Essas técnicas de controle mostram-se eficientes no gerenciamento das populações à medida que são naturalmente vividas no cotidiano e aceitas.

Se dentro do modo de produção capitalista tudo é tomado como mercadoria para a acumulação do capital, não é possível pensar que a natureza seria poupada. A primeira frase de O Capital de Marx já trata de elucidar que: “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” (Marx, 1996, p. 153). Desenvolve-se uma relação estritamente mercadológica com os múltiplos aspectos da vida humana, da natureza à agricultura, dos espaços construídos ao alimento, tudo mediado pelo mercado. Dessa forma, institui-se uma sociedade mercadocêntrica de racionalidade puramente instrumental (Ramos, 1981), de uma monocultura da mente (Shiva, 2003), que seja capaz de lidar não somente com o valor de uso das mercadorias que, antes de mais nada, tem diferenças de qualidade, mas, sim como valores de troca que só podem conter quantidade diferente. O reconhecimento do valor do meio ambiente natural, que é qualitativo e substantivo, fica, assim, obscurecido e limitado pela lógica utilitária.

Toda a sociabilidade humana a partir do capitalismo passa a vigorar em termos de ganho e perde dentro de uma racionalidade utilitária. A expansão das cidades e a agricultura também obedecem essa dinâmica e degradam ecossistemas para produção de mercadorias e coloca em constante risco e tensão a interação ser humano/natureza. Esta conformação social também evidencia que as condições de acesso a alimentos são complexas e, em âmbito mundial, de difícil síntese. Não é pelo fato de o vírus ter surgido na China, país mais populoso do mundo e de crescente pressão imobiliária, que a complexidade do fenômeno possa ser explicada por ela mesma. Do ponto de vista ecológico, poderia ter acontecido em qualquer parte do mundo na medida em que a segurança alimentar e nutricional está sob controle de poucos grupos e empresas transnacionais de tal modo que parcelas consideráveis da população mundial experimenta condições extremas de vulnerabilidade e fome. A princípio, a explicação é que foi o contato humano com animais silvestres o marco inicial do vírus, e, então, adveio a transmissão. Todavia, conforme comenta Perrota (2020), a Covid-19 revela uma tensão entre fronteiras de seres humanos e animais, entre animais domesticados e selvagens, entre vírus e animais, e, ainda, entre fronteiras de países ou entre estados ou municípios de um mesmo país. Revela ainda, mais do que isso, a perda da segurança e soberania alimentar de populações inteiras em escala global ao mesmo tempo em que se propaga recordes de produtividade da monocultura agrícola.

A escala de produção de *commodities* alimentícios é planetária e segue a lógica industrial. Como em qualquer atividade dentro do capitalismo, tempos e processos cada vez mais rápidos aceleram a circulação do capital também no ramo da agroindústria. A produção em série de alimentos evidencia, por um lado, a superabundância de produtos advindos da monocultura agrícola e, por outro, a degradação de ecossistemas inteiros que são postos a serviço do capital. As gripes aviária e suína já haviam dado sinais sobre riscos inerentes a sistemas alimentares e a hábitos de consumo contemporâneos para a humanidade.

Maquinaria, sementes geneticamente modificadas, sistemas de irrigação e insumos como adubos, pesticidas e herbicidas químicos, são a base da agricultura desde a chamada Revolução Verde dos anos 1950 (Altieri, 1998). Tudo vem de fora da propriedade rural, provido pelo mercado, e, desse modo, é no latifúndio – apoiado pelo sistema bancário que financia safras e produção de *commodities* com ênfase na comercialização e especulação em nível internacional – que a economia agropecuária se realiza. As referências simbólicas do que é o alimento, de sua história e cultura desaparecem. A relação do alimento com o local, com a cultura ou país esvazia-se e toda a variedade possível de cultivares é reduzida a poucas *commodities* agrícolas. É a homogeneização da vida a partir do alimento. O agricultor deixou de cuidar da terra, que lhe dá

vida e identidade, e passou a ser braço executor do sistema de produção de mercadorias agrícolas (Shiva, 2003). À medida que produzir alimentos e se alimentar é algo cada vez mais relegado ao mercado, todos perdem, de certa forma, símbolos e tradições do que são tais atos e toda a estrutura natural e social que é necessária para tal. Se artificializa, além da produção dos alimentos, seu consumo.

A contemporaneidade alimentar impõe uniformização dos alimentos em *commodities* agrícolas sustentada por monoculturas. No Brasil, a área plantada exclusivamente com soja e milho corresponde a 51 milhões dos 61 milhões de hectares plantados, e, áreas de pastagem, 158 milhões de hectares (Brasil, 2018). Além da perda da biodiversidade, pois na monocultura agrícola cultiva-se somente uma espécie, a humanidade passou a conviver com um caos alimentar que aparece encoberto sob a aura de abundância e em cifras monetárias cada vez maiores para o agronegócio, mas que revela tão somente uma pseudo segurança alimentar. Obesidade, diabetes e outras doenças, causadas pela má alimentação, afetam grande parte da população mundial e expressam contradição entre abundância de alimentos e escassez de alimentos nutricionalmente adequados. Tais doenças são, também, sindemias. Até países não desenvolvidos como o México, que é o segundo em número de pessoas com sobrepeso no mundo, 70% da população (Bertran Vilà, 2010), padecem dessa abundância. A crise alimentar e nutricional, portanto, avança em meio à superprodutividade da monocultura agrícola. Chegamos, assim, a um paradoxo entre obesidade e desnutrição. Argumenta Agamben (2020) que a humanidade se habituou a viver em condições de crise constante e, por isso, parece não se dar conta de que vidas foram reduzidas a condições puramente biológicas, perdendo sentidos sociais, políticos e afetivos. Para o autor, o estágio com que se depara a humanidade é o de *vida nua*. Habitamo-nos à ingestão diária de uma ração que, sem fome aparente, nos confere possibilidades de vida nua em corpos obesos e doentes.

Se a maior parte do consumo de alimentos é abastecida pelo mercado, com outras necessidades humanas não é diferente. Assim como a agricultura, o ato de construir vem se reduzindo continuamente à lógica de mercado. O mesmo projeto de uma casa convencional pode ser executado na Patagônia ou no Saara, assim como a mesma agenda de aplicação de herbicida químico é usada em lavouras no Brasil ou na Índia com sementes geneticamente modificadas providas por poucos conglomerados transnacionais. Não importa o local, a receita é padronizada.

A monocultura nos processos construtivos se estabelece, também, no uso de *commodities* como aço e cimento, mão-de-obra barata, sistemas de financiamento e crédito. Para Harvey (2020), a expansão urbana é reflexo de como as contradições capitalistas criam paisagens físicas para fins de produção, circulação, troca e consumo. A arquitetura das cidades, capitalistamente ordenada e adensada, favorece a sindemia e dificulta efetivas medidas sanitárias frente a fatores como pobreza, transporte insuficiente, acesso precário a água, tratamento inadequado de resíduos além de condições de moradia e suprimento da alimentação sob regime de mercado.

O setor de energia representa 73% das emissões de gases de efeito estufa, e cerca 40% disso é para novas construções segundo a Organização das Nações Unidas. A expansão desse setor, além de gerar grandes quantidades de resíduo, também gera produtos descartáveis. A China utilizou 6651 bilhões de toneladas de cimento entre 2011 e 2013, enquanto os Estados Unidos 4405 bilhões de toneladas em todo o século XX (Harvey, 2020). O resultado é controverso. Ainda que o objetivo tenha sido a geração de emprego por excedentes de capital e trabalho, após a crise financeira de 2008, cidades inteiras foram construídas e nunca habitadas (Harvey, 2020). Mega projetos semelhantes pelo mundo são observados. Predomina, no entanto, a tendência de devastação ecológica em sociedade dividida em classes, em que ampla parcela da população vive em condições precárias, terreno fértil para a sindemia, não necessariamente investimentos sociais para preservação dos ecossistemas ou qualificar a vida humana.

Nota da Sociedade Brasileira para o estudo de Quirópteros de 2021 reitera que o desequilíbrio dos ecossistemas desencadeia processos epidêmicos, bem como de epizootias, que acometem populações de animais não-humanos. As perturbações provocadas pela ação humana impõem limites à resiliência. A monocultura agrícola e a indústria da construção

são fontes desses desequilíbrios, de pressão ecológica. A opção por debater esses dois campos de reprodução do capital baseia-se, em primeiro lugar, no uso do solo, ou seja, na especulação da propriedade da terra.

Na monocultura agrícola imensas áreas são transformadas em “desertos verdes”. A noção de deserto remete a zero espécies, ainda que na realidade este seja biodiverso. A conta é simples: da monocultura agrícola para o deserto a diferença é uma espécie. Não importa qual, desde que seja comercializável. O curso da natureza é comprometido e a sucessão natural barrada. A biodiversidade e controles naturais de patógenos desaparecem. Apesar de serem consideradas produtivas e gerarem lucros (pelo próprio discurso hegemônico do mercado), as monoculturas agrícolas ocupam o lugar de sistemas ambientais muito mais complexos. Primavesi e Primavesi (1964) comentam que a monocultura agrícola é responsável pela decadência dos solos, da diminuição das colheitas e pela alta incidência de pragas e moléstias. Poderemos acrescentar a sindemia a isso. Ao nos distanciarmos da concepção hegemônica de agricultura em direção a outras maneiras de cultivo que levem em consideração múltiplas interações ecológicas, multiculturais para as práticas agrícolas, nos distanciarmos desse deserto. Tanto do “deserto verde” quanto da monocultura da mente, nos termos de Shiva (2003), que o ensejam.

O crescimento das áreas ocupadas pela monocultura agrícola tem efeito imediato também nas cidades, seja na oferta de *commodities* agrícolas, seja no êxodo rural provocado pela concentração de terra. A busca por uso mais rentável do solo é observada em todo o processo de urbanização e, para tal, a indústria da construção, além de demandar inúmeros recursos como minérios e energia, produz expansão desordenada, gentrificação e poluição do ar, sonora e da água. Imagem física é criada à semelhança do capital para, em seguida, “ter de destruí-la à medida que [o capital] aposta em expansões geográficas e deslocamentos temporais como soluções às crises de sobreacumulação [do capital e do trabalho] às quais ele costuma estar propenso” (Harvey, 2020; p.285).

O capitalismo é um modo de produção que tem única e exclusivamente o objetivo de acumular capital (Marx, 1996). Nada que não seja nesse sentido será tomado como importante. Logo, monocultural por essência. O ambiente físico das cidades construído pelo capital é o do mono. A agricultura no capitalismo é a do mono. A crise da COVID-19 é tratada como algo da natureza, a partir da lógica do mono. Tudo mediado pela monocultura do mercado em que a única troca possível é para atender interesse momentâneo de ganho individual. “O dinheiro e a troca de mercado colocam um véu, mascaram as relações sociais entre as coisas” (Harvey, 1989; p.98). Uma racionalidade específica, instrumental, o acompanha nos mais amplos aspectos da vida humana (Ramos, 1981), submetendo a sociedade contemporânea à monocultura da mente (Shiva, 2003), com indivíduos se autoexplorando uma vez entregues ao excesso de trabalho munidos de sentimento de liberdade (Han, 2017).

O quadro exposto pontua algumas das condições que se entrelaçam e oferecem subsídio para entendermos a sindemia, a teia de relações sinérgicas que extrapola a consideração da COVID-19 como fenômeno da natureza na lógica do mono, como uma crise ecológica profunda. A degradação dos ecossistemas, seja pela agricultura (Shiva, 2003) ou pela urbanização (Harvey, 2020), acompanhada da precarização do trabalho (Antunes, 2018), de hábitos alimentares viciados pelo mercado e de condições de saúde precárias, são algumas dessas condições que proporcionam o surgimento de sindemias. A alienação da espécie, como pontuada por Marx (1978), quando levada ao limite, sugere a total indiferença por tudo o que nos rodeia e até mesmo por nós próprios, sendo o agir humano orientado única e exclusivamente para que o capital se reproduza e acumule.

## 2.2 O movimento contestatório das ecovilas

A conceituação do que são ecovilas envolve um grande espectro de atuação e militância social e ecológica que se interconectam ao movimento alternativo em geral, como de agroecologia, permacultura, agricultura urbana e agricultura familiar. A princípio, podem ser consideradas um tipo de comunidade intencional com viés ecológico que tratam de sintetizar interesses e ações autoconscientes e propositivas que conjugam múltiplas demandas socioambientais. A partir dos primeiros debates ecológicos e degradação dos ecossistemas, as ecovilas ganham forma na década de 1960 (SALE; 1980) e se atualizam

na década de 1990 (Cunha, 2012). Ao ancorar-se em ideias de assentamento completo, para desenvolvimento humano em amplos aspectos, tanto físico, emocional, mental e espiritual (Gilman, 1991), presa-se por ações de integração ente ser humano e o mundo natural, a fim de favorecer tal desenvolvimento continuamente (Bang, 2005).

Pautas sobre esgotamento de recursos naturais (Cunha, 2010), desigualdade sociais (Cunha, 2010; Jackson, 2004), ideais de autossuficiência, de “volta à terra”, coabitação, pacifistas, feministas e de educação alternativa encontram lugar nas ecovilas (Dawson, 2004). Essas pautas contestam o modo de vida hegemônico capitalista que, segundo Mészáros (2012), enreda a humanidade em um processo expansionista baseado na descartabilidade, no consumo do supérfluo, na precarização das relações de trabalho e no desemprego crônico. Na sociedade do efêmero até mesmo conceitos como o da obsolescência programada perde o sentido, já que, antes mesmo dos produtos ficarem obsoletos são substituídos por outros com pequenas diferenças de desenho ou de utilidade (Lipovetsky, 2009).

Ao usar diversas estratégias para lidar com a crise socioambiental, como as presente na permacultura e agroecologia (que envolvem conceitos de agricultura natural e construções ecológicas ou bioconstruções), de energia limpa, reaproveitamento de resíduos (Comunello, 2017), as ecovilas tornam-se *locus* de experimentação para repensarmos a sociabilidade humana em termos ecológicos. É importante notar que, mesmo com tais pautas propositivas e contestatórias do *status quo*, essas iniciativas nascem e se desenvolvem dentro do modo de produção capitalista e estão sujeitas à suas contradições e condicionantes históricas. Todavia, mesmo que realizadas em escala reduzida e repletas de contradições pois vivem entre o idealizado e o possível, buscam suplantar na prática a alienação da atividade humana por meio de atitudes autoconscientes de conexão entre ser humano/natureza. Ou seja, uma contraposição aos elementos da alienação que falava Marx (1978).

Comunidade, em termos gerais, é um conceito que conecta-se a ideia de reprodução social de uma dado grupo. Uma organização que se dá o nome de comunidade, portanto, é radicalmente contrário a organizações de mercado. Harvey (2018) comenta que comunidades intencionais tentam garantir sua reprodução para além da produção de valor dentro da lógica capitalista e que suas relações de troca, tanto interna quanto externas, não necessariamente são baseadas em mecanismos de mercado. Nesse sentido, Cunha (2012) e Tres (2021) mostraram como lógicas econômicas variadas conjugam empreendimentos coletivos e individuais seguindo princípios de solidariedade e configurando pluralidade econômica com base em reciprocidade, domesticidade e redistribuição nos termos de Polanyi (2013). Ainda que moradores possam, e de fato, pratiquem relações de mercado e corroborem com a circulação do capital em suas vidas cotidianas fora das ecovilas e, eventualmente, acumulem capital, a comunidade em si não tem tal orientação e não se forma por e para isso. Isto não impede, todavia, que se obtenha renda nas e para as comunidades a partir de excedentes gerados pela força de trabalho comunal que são colocadas à disposição para a reprodução social.

As principais ações das ecovilas para lidar com o mundo de mercado são mediadas pela noção de autossuficiência e trabalho para a reprodução social (Tres, 2021). Isso implica na tentativa de ter maior controle do sociometabolismo ser humano/natureza de forma não alienada. Ter controle da própria alimentação e de como se organiza fisicamente o ambiente que habitamos são necessidades vitais, porém, cada vez mais relegadas ao mercado. É preponderante para nos entendermos como seres sociais e para refletirmos a respeito de como vivemos e o que é nosso *estar no mundo*. A orientação à reprodução social nas ecovilas remete a tentativas autoconscientes e, sendo assim, tal tipo organizacional mostra-se relevante à medida que a sindemia avança revelando impasses e suas conexões a hábitos alimentares, costumes sociais, desigualdades e o trabalho alienado para a reprodução do capital.

Interessa destacar elementos úteis à análise do fenômeno social ecovila como ambiente físico e cultural propositivo e de resistência à degradação socioambiental, de realizações objetivas e subjetivas com potencial para qualificar condições gerais de vida. As ecovilas como organizações de experimentação - além de relação com a natureza por meio da agricultura natural e

de sua distribuição espacial, constituem redes de apoio mútuo tanto internamente quanto em seu entorno, de militância e educação ambiental - fornecem um quadro analítico pertinente que nos ajuda a pensarmos a relação ser humano/natureza a partir de um olhar sistêmico e complexo, ainda que, limitado por condicionantes do modo de produção capitalista.

### 3. Metodologia – um Percurso de Inspiração Etnográfica

O presente artigo tem como referência metodológica estudos etnográficos, de natureza qualitativa, e fez parte de uma investigação envolvendo relações de trabalho, econômicas e autogestão em ecovilas entre 2019 e 2021. Com início, portanto, anterior à pandemia. Durante a fase de revisão dos dados coletados por cada comunidade a pandemia abateu-se no mundo e, espontaneamente, cada ponto focal das comunidades comunicou alterações na vida cotidiana e as ações tomadas para lidar com a situação. Muitos dos dados coletados que deram substância às discussões sobre trabalho, econômicas e autogestão nas ecovilas apresentaram-se assim, úteis para o presente artigo e foram confrontados no contexto de pandemia, reafirmando a coerência nas ações desenvolvidas nas ecovilas a partir de uma noção de trabalho comunal, de múltiplas interações econômicas em meio a processos de trabalho autogeridos.

A etnografia busca descrever as realidades sociais e sua produção (Flick, 2008) *in situ* (Moisander & Valtonen, 2006) e o pesquisador participa da vida cotidiana do grupo estudado e é reconhecido pelo grupo com um comum (Mariampolski, 1999). As comunidades selecionadas recebem visitantes e/ou têm programas permanentes de voluntariado, assim, um dos autores deste artigo imergiu em quatro comunidades por 49 dias, na condição de voluntário. O acompanhamento remoto perdurou por outros 18 meses.

Tres e Souza (2019), destacam que a principal abordagem metodológica presente em teses defendidas no Brasil sobre ecovilas é de natureza qualitativa e de orientação etnográfica. Ao usar técnicas variadas e flexíveis para coleta de dados, segundo os referidos autores, tais estudos proporcionam interação entre pesquisador e objeto possibilitando apreender fenômenos sociais como se expressam em sua realidade. Em nosso caso, utilizamos principalmente observação participante e notas em diário de campo. Períodos de imersão no campo na etnografia podem durar de meses a anos, assim, assumimos como Pinheiro (2019), uma abordagem de inspiração etnográfica.

Um estudo de referência etnográfica preocupa-se mais com o que as pessoas de fato fazem e não no que pensam ou dizem. Ao imergir nas comunidades foi possível, portanto, observar de fato o que vem sendo realizado na prática cotidiana e seu alinhamento com o discurso propagado, inclusive comparando-os com documentos cedidos. A interação com o grupo pesquisado possibilita ao pesquisador etnográfico desenvolver entendimentos das formas, muitas vezes tácitas, a partir das quais o grupo dá sentido e significado às suas vidas dentro do ambiente em pauta (Moisander & Valtonen, 2006). Para Elliott e Jankel-Elliott (2003), busca-se compreender e descrever um cenário social e cultural a partir de uma perspectivaêmica, ou seja, pelos olhos do grupo estudado, ou do ponto de vista do nativo em seu cenário natural.

Seguindo a orientação de Elliott e Jankel-Elliott (2003), coletamos diversos materiais que pudessem ajudar nas análises, como fotos, textos, literatura, documentos e participação nas atividades cotidianas. Nesse sentido, concordamos com Yin (2015) que diversas fontes de dados possibilitam triangulação dos dados recolhidos o que confere maior confiabilidade ao estudo.

Para manter a espontaneidade e evitar qualquer tipo de embaraço, optamos por não gravar ou fazer anotações durante conversas, atividades cotidianas, horários de trabalho, estudo ou recreação. Registramos conversas, impressões, relatos de vida, motivações e ações em diário de campo, inserindo dados gerais sobre a comunidade como o espaço geográfico, infraestrutura, interações entre moradores e vizinhos, bem como histórias de vida, perfil e motivações de moradores, fauna e flora da região, e quaisquer detalhes que ilustrasse o modo de vida nas comunidades.



Os critérios para definir as comunidades que seriam objeto do estudo foram: 1) autorreconhecimento como comunidade ou “ecovila”; uma vez que o termo ecovila é amplo e passível de múltiplas definições, optamos também pela identificação como comunidade. 2) pelo menos cinco anos de formação e 10 membros, ou associados, residentes ou não; esse critério teve por objetivo delimitar comunidades mais maduras e com maior complexidade de relações sociais, organizacionais e de trabalho. 3) algum grau de compartilhamento de propriedade; definimos tal critério pelo entendimento que o compartilhamento da propriedade possibilita relações mais igualitárias entre moradores e é ação contrahegemônica fundamental para ressignificação do trabalho e, em consequência da relação ser humano/natureza, mesmo que enredado pelas formas jurídicas vigentes. 4) praticar algum tipo de agricultura natural; este critério conecta-se ao fator prático da vida orientada à preservação e recuperação do meio ambiente natural. O Quadro 1 sintetiza características das comunidades visitadas.

**Quadro 1 - Características gerais das comunidades da pesquisa.**

Item considerado	Campina	Ecovila Tibá	Floresta de Iroko	Source Temple
Dias de campo	11	12	15	11
Intenção	Ecológica	Ecológica	Ecológica	Religiosa
Cidade/UF	Palmares/BA	São Carlos/SP	Itacaré/BA	Cunha/SP
Ano fundação	1991	2006	2013	2010
Residentes	19	30	6	40
Casas	11	9	3	29
Área (hectare)	188	25	35,8	23,5

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Cada comunidade cedeu alguns documentos que contribuíram para a consolidação de um quadro geral, elucidando contexto jurídico, associativo e de convivência. Não configuram, contudo, uma análise documental propriamente dita devido seu pequeno volume. Tibá forneceu seu estatuto e indicou o *website* da [www.ecovilatiba.org.br](http://www.ecovilatiba.org.br); Floresta de Iroko seu estatuto e um documento chamado de “coordenação geral” cujo objetivo é “coordenar as atividades de manutenção e investimento em infraestrutura comunitária”; Source Temple indicou seu *website* [www.sourcetemple.one](http://www.sourcetemple.one), assim com a Campina no *website* [www.comunidadecampina.org](http://www.comunidadecampina.org). Outras mídias sociais como *facebook* e *instagram* foram acessadas para durante o acompanhamento remoto.

Entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento de coleta na Campina, Tibá e Source Temple. Cada entrevistado recebeu termo de consentimento livre e esclarecimento (TCLE). O propósito foi coletar informações quanto ao alinhamento entre discurso e prática, além de uma visão expandida da história da comunidade, tirar dúvidas sobre o funcionamento, a organização e valores do interlocutor em particular. As sessões de coleta foram realizadas nos últimos dias de visita para facilitar compreensões e dirimir dúvidas em torno de relações e dinâmicas coletivas. Seguimos esse procedimento também seguindo a orientação de Yin (2015) quanto a triangulação dos dados coletados. Por ter menos moradores no momento da coleta de dados e por ter ocupado maior tempo de vivência, na Floresta de Iroko a entrevista tornou-se desnecessária.

Em todas as comunidades visitadas as pessoas foram avisadas sobre a pesquisa, seus objetivos e que, após sua conclusão, seriam disponibilizados os resultados no intuito de corroborar com as atividades das ecovilas. Para resguardar a identidade individual de cada morador ou moradora referenciamos os interlocutores, com nomes genéricos para cada comunidade, uma pessoa *campineira*, uma pessoa *templária*, uma pessoa *tibaense*, uma pessoa *floresteira*, quando

apresentamos seus comentários, ideias e ações.

#### **4. Resultados - A Organização Ecovila e a Relação ser Humano/natureza**

As comunidades visitadas na presente pesquisa originam-se de diferentes contextos e encontram-se também em momentos diferentes quanto a sua estrutura social, de trabalho e maturidade de sua organização de tal modo que as ações e as bases para o enfrentamento da crise socioambiental variam. Unem-se, todavia, em torno da preservação ambiental e do respeito à diversidade da vida. Tibá é associação formalmente constituída e Floresta de Iroko associação informal. Seus estatutos definem cotas individuais de propriedade dentro de um todo maior coletivo. Campina e Source Temple entendem a propriedade como comunal. A posse da área da Campina está, desde sua fundação, em nome de uma campineira. A Source Temple tem caráter jurídico de igreja e a propriedade está em seu nome. Essas peculiaridades não impedem o compartilhamento da propriedade e dos meios de produção e que novos moradores se estabeleçam a medida que todas comunidades tem processos de integração bem delineados.

A pauta ecológica só faz sentido se abordada a partir de um ponto de vista de mudança estrutural. Se a degradação dos ecossistemas e da vida humana, que possibilita o surgimento de zoonoses, é motivada pela ruptura sociometabólica entre ser humano e natureza, para sua superação é indispensável discutir o que dá subsídio a tal ruptura. Os estudos de Marx (1978) sobre a alienação apontam um caminho e, segundo essa concepção, a origem é a propriedade privada dos meios de produção, que se reflete como trabalho alienado. Nas ecovilas percebe-se, em certa medida e à sua escala, esforço autoconsciente para superar tal circunstância, ainda que enredadas pela ordem jurídica hegemônica. As alternativas se expressam dentro dessa tensão na forma de associações, formais ou informais, que na prática reúnem moradores em torno de interesses comuns. O trabalho dentro das ecovilas, assim, pode ser apreendido como um trabalho comunal à medida em que todos moradores trabalham nas atividades da comunidade para produzir e satisfazer necessidades humanas, em contraponto ao trabalho alienado para acumulação do capital.

A compreensão das ações e ideais das ecovilas aponta alternativas que ancoram-se em princípios de autossuficiência e estabelecimento de redes de ajuda mútua. Tal tipo organizacional representa lugar de resiliência e de enfrentamento a zoonose. Os resultados são expostos separadamente nos grandes temas aqui apontados como fortes fatores de degradação socioambiental, a monocultura agrícola e indústria da construção. A exemplo da vida regular capitalista, nas ecovilas esses temas articulam-se formando uma continuidade indissociável, porém, seguindo outra lógica que ganha significado ampliado quando extrapola os limites da própria comunidade. Por essa razão, a relação com o entorno das comunidades, que se expressa na militância e em ações de educação ecológica, torna-se oportuna para conhecer experiências para além das práticas de agricultura e de bioconstruções, assim, na primeira parte dos resultados apresentamos ações de educação ecológica que promovem os ideais das ecovilas apoiadas em seu fazer diário.

##### **4.1 Educação ecológica**

As ecovilas exercem influências regionais como organização de educação ambiental. Cunha (2012) havia detectado o viés educativo das ecovilas que também observamos nessa pesquisa em várias oportunidades. Foi identificada uma escola de ensino básico na Campina, para alunos em idade pré-escolar – com sete estudantes no momento da coleta de dados. A escola fica entre áreas que eram degradadas e foram recuperadas e uma antiga casa foi transformada para atender as crianças. Toda a infraestrutura da Campina, como biblioteca, cozinha coletiva, hortas, bioconstruções e tecnologias de baixo impacto estão à disposição para a aprendizagem de forma ampla. Uma campineira diz que “estão chegando mais pessoas com essa vocação e vamos ampliar até chegarmos a alunos de 6 -7 anos”. Em conversas posteriores fomos informados que em 2020 seriam aceitos alunos de até sete anos. A zoonose, todavia, postergou tal plano.

O cuidado coletivo, a divisão das tarefas e a organização social tomaram novas dimensões em todas as comunidades, mas, em especial na Tibá, que após a ampliação de 10 para 30 membros desde o início da sindemia experimentou uma rotina diária bem mais complexa. A Tibá já havia passado por épocas com maior número de moradores, uma tibaense comenta que “a partir de 2013 o número de moradores cresceu bastante, chegando a mais de 40, contando aquelas pessoas ‘flutuantes’ que estavam sempre presentes nas atividades.” Essa experiência foi de grande valia para atender necessidades coletivas durante a sindemia e impeliram a execução de projetos antigos. Assim, uma escolinha para as crianças da comunidade começou a funcionar. Discutia-se a possibilidade de ser ampliada ao entorno conforme registrou uma tibaense: “apesar de tudo, essa pandemia trouxe novo vigor para a comunidade, para a atividade na terra e educativa. Estamos repensando o projeto antigo de construção de uma escola para moradores e para o entorno da Tibá”.

Outra experiência de educação na Tibá ocorreu em 2019, vivenciada por um dos autores deste artigo, durante a coleta presencial de dados, em um encontro de escoteiros. A Tibá costumeiramente recebe escolas, universidade e grupos em geral em atividades de educação ambiental e uma tibaense diz que “até um tempo atrás não cobrávamos para quase nada; de uns tempos pra cá chegamos ao consenso que em muitos casos é possível”. Esse tipo de tensão entre ter ou não aporte financeiro está presente, mas, é mediada por interesses maiores de militância ecológica a qual as comunidades se orientam. Trata-se de tensão entre racionalidade substantiva, como atributo do ser humano que reside na psique, nos temos de Ramos (1981), em contraposição à razão instrumental “[...] como lógica subjacente às ações, determinando o padrão de ‘sucesso’ a ser atingido, um sucesso orientado pelas ‘leis’ do mercado e egocêntrico por natureza” (Serva, 1997).

Técnicas de bioconstrução permitem dinâmicas de construção baseada no aprendizado coletivo e intuitivo. Uma estratégia predominante para as construções é realiza-las por meio de mutirões. Além da economia financeira e do trabalho ser executado mais rapidamente, conhecimentos são difundidos enquanto laços afetivos dentro e fora das comunidades se estreitam. O último grande mutirão na Source Temple ocorreu para construir uma casa de taipa. Algumas templárias informaram que nunca haviam feito casa com tal técnica e estavam, ao mesmo tempo, “curiosas e com dúvidas”. À medida que a casa foi tomando forma, emergiu “a certeza que o trabalho de todos traria resultados incríveis” como comentou uma templária. Aqui se observa como o companheirismo e o ambiente social de apoio mútuo propicia o aprendizado coletivo. No momento de coleta presencial, na Campina muitos moradores eram musicistas. Daí surgiu a ideia de organizar um mutirão bimestral para fabricar tijolos de Adobe chamado de Sambada do Adobe onde os participantes pisam o barro ao som de samba. Nessa situação o trabalho, aprendizado e celebração dão-se ao mesmo tempo, ou, vocação, nos termos de Ramos (1981).

A Floresta de Iroko serviu de base para três doutorandos e um pós-doutorando, da área de Botânica, na coleta de espécies. Apesar de os pesquisadores possuírem amplo conhecimento sobre plantas da região, um vizinho da comunidade guiou uma expedição de dois dias em meio à floresta e foi essencial ao sucesso do mapeamento. Esse fato está em linha com o ideário da agroecologia, que questiona a hegemonia do mercado na desqualificação do saber tradicional condenando-o ao *status* de não saber (Shiva, 2003). Tal cooperação revela as ecovilas como organizações de intercâmbio entre conhecimentos técnico-científico e tradicionais. Inúmeras ocasiões desse tipo ocorrem nas ecovilas e a troca de conhecimentos é incentivadora.

Além das bioconstruções, apoio a grupos diversos como escolas e universidades, o fazer agrícola e a proteção e regeneração dos ecossistemas desempenham papel central nas ações de educação e militância ambiental. Assim como nas bioconstruções, mutirões para intervenções agrícolas são essenciais à medida que este fazer é baseado na aplicação de força de trabalho direta, tentando fugir da dependência de insumo externos (como apontaremos em detalhes a seguir). Nessas situações aglutinam-se os interesses de preservação dos ecossistemas a produção de alimentos ao mesmo tempo em que se debatem questões sociais como a dependência do mercado, ou seja, busca-se estabelecer processos amplos de aprendizagem em que todos os envolvidos no mutirão participem como aluno e professor simultaneamente.

#### 4.2 Agricultura natural baseada em processos e não em insumos

Práticas agrícolas baseadas em processos estão presentes nas comunidades pesquisadas, a exemplo de policultivos e da agrofloresta, que, além de recuperar áreas degradadas, promovem ideais de complementariedade entre solo, fauna e flora para o fazer agrícola. Nesse sentido, as comunidades buscam a autossuficiência, segurança e soberania alimentar e nutricional não na monocultura agrícola dependente das relações de mercado, mas, sim, em cultivos baseados em processos autossuficientes e aplicação da força de trabalho comunal. Vislumbra-se, assim, alternativas para confrontar a monocultura da mente, que impõe dependência do mercado em meio a relações entre ser humano e natureza de cujo estritamente mercadológico conforme aponta Shiva (2003).

Todas as comunidades localizam-se em área rural e o conjunto da força de trabalho comunal se orienta à autossuficiência, principalmente para alimentação e moradia. Tal orientação direciona ações e ao mesmo tempo evidencia contradições que estão, inevitavelmente, em constante tensão. Se nas relações hegemônicas de sociabilidade humana, subsumidas pelo mercado, não há opções para sobreviver que não a de estar no mercado e nele praticar trocas, nas ecovilas a subsistência é alcançada de diversas formas, articulando múltiplos relacionamentos econômicos em que o mercado é pontual e não o centro de sociabilidade, assim como aplicação de força de trabalho para satisfação das necessidades humanas e não para a reprodução do capital.

Na Source Templo ocorreu tensão entre ir ao mercado ou trabalhar para suprir necessidades do grupo. A decisão foi tomada com base nos ideais de autossuficiência e a horta comunitária foi ampliada. Para alcançar esse objetivo alguns processos internos, como uso de adubos naturais, foram aperfeiçoados. Informa uma templária que: “às vezes, quando tenho que limpar o banheiro seco, eu sei que estou fazendo algo que purifica, e todos são afetados.” O banheiro seco ao mesmo tempo que fornece adubo de qualidade, não químico, diminui a necessidade de insumos externos e trata de dejetos humanos que em área rural costumeiramente é fonte de contaminação e propagação de doenças. Durante a coleta presencial de dados todas as verduras e hortaliças consumidas na Source Templo provinham de sua horta, da mesma forma que na Tibá.

A segurança alimentar na Floresta de Iroko segue caminho diferente devido à implantação recente dos agrossistemas. O resultado, porém, é similar às demais. Nesse caso é a relação com a vizinhança que confere a segurança alimentar e estreita laços afetivos, conforme comenta uma floresteira:

os nossos vizinhos já são nossa família. Seu Tatá é como meu avô, a gente se preocupa com ele e a família dele e a gente quer melhorar as condições de vida deles também. Vamos lá e colhemos o cacau junto, levamos coisas que ele tem em excedente pra feirinha e ele nem precisa ir. Enquanto isso vamos aprendendo sempre tanta coisa da história da região, as plantas daqui; os animais.

Tal depoimento evidencia a possibilidade de produção/consumo de plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Uma floresteira comenta que “a variedade de plantas novas que estamos conhecendo na região é muito grande. Até levamos para a feirinha. Muitas dessas plantas são daqui e adaptadas, além de serem nutritivas”. Nesta passagem percebe-se, que a noção de autossuficiência é construída não só dentro das comunidades e, sim, evidencia-se a importância da rede de ajuda mútua em seu entorno em conexão com a militância agroecológica estimulando o consumo de alimentos que fogem à grande indústria alimentícia. Na Campina uma horta específica para as PANCs foi criada nesse sentido.

A relativa independência do mercado revelou-se emblemática no cenário de sindemia. Uma tibeense comenta que “quem morava na cidade acabou encontrando um certo porto seguro na ecovila”. Uma templária reconhece que, apesar de estarem “profundamente amedrontados” buscam alternativas e passaram a funcionar “sob os princípios de *Gift Economy* (Economia da Dádiva)” estreitando laços com vizinhos. Campina realizou campanha de doações em 2021. Situada na região turística da Chapada Diamantina (BA), as visitas e as vendas diminuíram, todavia, não interromperam a produção de

alimentos e construções internas uma vez que ocorrem mediante uso de insumos internos. Ainda que não existam gastos básicos como energia elétrica (provida por placas solares) ou água (vinda de uma nascente), e a hortas, sistemas agroflorestais e a criação de galinhas poedeiras constituam boa parte da alimentação, o “principal custo ainda é a comida que temos que comprar de fora”, como comenta uma campineira. Nesse sentido, todas as comunidades comentam que a dependência do mercado é trabalhada para ser cada vez mais estrita e pontual.

Os agrossistemas existentes nas comunidades além de prover alimentos para os próprios moradores também podem ser fonte de renda. As feiras semanais de alimentos agroecológicas das quais Tibá e Floresta de Iroko participam foram suspensas. Uma floresteira comenta que “o grupo da feirinha se reestrutura para entregar os alimentos nos domicílios.” A Tibá está focando plantios para o consumo próprio e de familiares de moradores que residem na cidade, assim como, trabalhando em obras para prover mais alimentos. O excedente é colocado à venda na loja de alimentos agroecológicos de uma integrante do coletivo. Vendas e trocas de alimentos em circuitos curtos é a alternativa para gerar renda e garantir segurança alimentar, com menor risco, e se mostrou útil na sindemia.

A busca pela independência do mercado passa pela rede de apoio a qual as comunidades fazem parte e que se consolida e se amplia no enfrentamento da sindemia. A presença de articulação comunitária é relevante nas ecovilas, como aponta Cunha (2012). Uma tibaense coordena um grupo de 10 estabelecimentos rurais da agricultura familiar para participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tal articulação ajuda na estabilidade financeira dos agricultores enquanto o grupo intercambia técnicas de plantio e experiências, revelando dificuldades, acertos e realizando planejamento coletivo de suas plantação. Ainda que a entrega de alimentos tenha sofrido alguma descontinuidade durante a sindemia, os intercâmbios de conhecimentos foram preservados (mesmo que sob restrições).

Trocas de sementes, difundidas no movimento agroecológico e correlatos, mostraram-se igualmente fundamentais para manter a autonomia de produção e consumo de alimentos na sindemia. Quando faz uso de sementes modificadas, o agricultor não mais tem principal ativo e se torna o mero executor de tarefas (Shiva, 2003). As redes de troca de sementes dão condições para que haja autonomia dos agricultores com reflexos em sua segurança e soberania alimentar, além da preservação da biodiversidade.

De forma geral, os depoimentos e o acompanhamento remoto, mostram que os moradores das ecovilas sentem-se protegidos em tempos de sindemia dado seu percurso em busca da autossuficiência. Como a segurança alimentar e nutricional vem em grande medida do trabalho direto na terra e não requer exposição à cidade, reafirma-se valores de uma vida em equilíbrio com o meio ambiente natural aliada ao cuidado coletivo. Apesar de provocar revisões de planos, a sindemia reforçou ideais de vida comunal e estreitou laços no interior e no entorno das comunidades, fortalecendo redes de colaboração.

#### **4.3 Distribuição espacial e bioconstruções nas ecovilas**

A distribuição espacial nas ecovilas segue princípios similares ao fazer agrícola. Força de trabalho comunal e diminuição da dependência do mercado suportam noções de autossuficiência também nos processos construtivos. Durante a sindemia, a infraestrutura das comunidades pôde acolher mais moradores ganhando novas dinâmicas internas. A distribuição espacial integra tanto processos produtivos quanto relações sociais. A lógica capitalista de construção é contestada em termos de arquitetura, materiais e emprego da força de trabalho. Seguem conjectura de Harvey (2020), quando defende que as cidades deveriam ser planejadas e construídas com base em relação social.

Um elemento importante a ser considerado é que as comunidades pesquisadas estão distantes de grandes centros urbanos. Uma tibaense, ao defender a formação da comunidade em área rural, reconhece a existência de mais espaço para práticas de agricultura e preservação do meio ambiente. As ecovilas, assim como o movimento de agroecologia, buscam

alternativas à medida que integram moradia, espaços produtivos e convívio social. Na visão tipicamente utilitária (Ramos, 1981), naturaliza-se a dicotomia cidade/campo.

A agricultura desenvolvida nas ecovilas é possível graças a uma organização social que privilegia processos que são possíveis graças ao emprego de força de trabalho comunal ao mesmo tempo em que os espaços construídos são planejados sob esta orientação e dão suporte para o fazer agrícola. Abre-se, assim, um vasto leque de tecnologias que podem ser aplicadas respeitando as necessidades, carências e potencialidades de cada ambiente. Alguns casos são as várias técnicas para tratamento de fezes humanas, a mais comum é o banheiro seco. Na Campina, por exemplo, existe um *minhocagário*, que é um banheiro seco móvel em que minhocas fazem a digestão dos dejetos e geram húmus. Processo similar chamado de verme-filtro, porém, com uso de água, é utilizado na Tibá, onde dejetos são dispensados em um recipiente (caixa d'água) com materiais orgânicos e minhocas fazem compostagem enquanto a água excedente irriga bananeiras. A integração de inúmeras técnicas de tratamento de resíduos tem impacto significativo na preservação dos ecossistemas. Esses tipos de iniciativas apontam para autossuficiência para cultivar sem necessidade de compra de insumos no mercado. Se o capital cria uma paisagem física à sua imagem e semelhança (Harvey, 2020), os exemplos citados mostram como a disposição espacial das ecovilas possibilitam, como aponta Harvey (2020), criar dinâmicas que mobilizem conscientemente novas formas de tecnologia e de organização social sensíveis ao meio ambiente.

Para a objetivação da dinâmica social nas ecovilas sua distribuição espacial segue princípios que envolvem o conceito de bioconstrução. As bioconstruções são idealizadas para utilizar elementos regionais, portanto, deve-se observar os elementos naturais para seu planejamento. Cada ambiente provê materiais específicos para as construções, mitigando a dependência do mercado, e, conseqüentemente, propiciando outro tipo de relação com as habitações. Uma campineira afirma que “quando você paga a casa que mora acho que a relação é diferente; a casa vira um bem de família, dá pra alugar, vender, deixar de herança. Na bioconstrução de uma moradia aqui na Campina é diferente, a pessoa sabe que a morada é da comunidade.”

Na Campina e, também, na Source Temple, todas as moradias são da comunidade e não há posse individual. Nessa última, inclusive, o senso de morar em uma casa própria é ressignificado e uma templária comenta que: “já morei em várias casas, algumas vezes sozinho e outras com mais pessoas. Esses dias me mudei para uma casa com mais quatro pessoas porque queria mais contato. Essa mobilidade é bem grande aqui e acho bem saudável.” À exceção da Campina, nas outras três comunidades existiam construções de alvenaria convencional, porém, novas moradias seguem o conceito de bioconstrução.

As bioconstruções são possíveis porque trabalho direto na restauração e preservação dos ecossistemas é realizado. Na Floresta de Iroko muitas árvores estão caídas na mata e é possível retirar madeira sem degradação. Na região da Campina há grandes problemas com queimas e as técnicas de cultivo em agrofloresta também são úteis nesse sentido, além de prover madeira para construções. Pedras podem ser usadas como telhas e piso, barro para as casas de taipa/pau-a-pique e tijolos de adobe (que não necessitam de queima) são alternativas. Materiais alternativos como um container foi usado na Tibá para uma casa nova. Nessa situação os relatos foram de que, apesar da intenção de fazer algo com materiais recicláveis, a casa acabou saindo mais cara do que uma convencional e a qualidade e o conforto térmico e acústico não ficaram aquém do esperado.

Como o trabalho em uma propriedade rural planejada para funcionar a partir de processos, como nas ecovilas, pode fluir com poucos insumos de fora, tanto atividades agrícolas, quanto em bioconstruções, podem manter muitas pessoas trabalhando sem grandes alterações. Os relatos apontam que a dedicação dentro das comunidades aumentou, pois muitas pessoas que trabalhavam fora concentraram suas atividades na própria comunidade. Ainda que essa situação seja imposta, nesse caso pela sindemia, a precarização do trabalho vem se acentuando, como mostra Antunes (2018), e, nesse sentido, ao dedicar mais tempo para plantar ou melhorar a infraestrutura nas ecovilas abre-se possibilidades para que mais moradores possam se estabelecer e mais trabalho comunal seja aplicado em busca da autossuficiência.

Ainda que materiais do mercado possam fazer parte das bioconstruções, o propósito de reestabelecer um sociometabolismo ser humano/natureza menos degradante, como aponta Foster (2012), é materializado nessas ações. Uma campineira exemplifica que ao fazer o manejo de áreas degradadas é possível conciliar esses múltiplos fatores e que, “ao colher as madeiras da floresta, além de diminuir o risco de incêndio, serve para várias cozinhar, construir, plantar e cuidar do meio ambiente”. As bioconstruções, assim, abrem possibilidades para que o resultado do trabalho seja apropriado por aqueles que o executam, mitigando a alienação do objeto (Marx, 1978), em meio a processos produtivos intuitivos e autodefinidos, da alienação do ato produtivo (Marx, 1978), em conexão com o que a natureza propicia sem degradá-la – atenuando a alienação da espécie (Marx, 1978). Nesse cenário, reduz-se a venda da força de trabalho e a dependência do mercado, fato amplamente constatado pelos informantes durante a sindemia.

## 5. Considerações Finais

Uma visão radical com inclinação para a necessidade de revisões no estilo de vida e do modo como a humanidade desencadeia sua relação com a natureza e seu sociometabolismo é útil ao embasamento de buscas de alternativas à sindemia. São insuficientes debates em torno de origem, manifestação e espraiamento do vírus sob viés utilitarista e tecnicista. Ainda que, à primeira vista, a crise tenha sido provocada por um vírus, há causas estruturantes que demandam leitura pelo viés ecológico, sistêmico. A reprodução ampliada do capital que transforma tudo em mercadoria, a dependência da indústria alimentícia, condições sanitárias, desequilíbrios no meio ambiente natural como resultado da ação humana, pobreza e desigualdades são partes do mesmo fenômeno que se difundiu como sindemia.

A organização espacial das cidades e do campo, represando a reprodução social em meio a processos de trabalho alienados e a degradação ecológica encerram condições precárias de vida de parte significativa da população mundial. O risco iminente de outras sindemias é real a partir da destruição dos ecossistemas e a abundância de alimentos da monocultura agrícola são reais, bem como o crescimento desordenado das cidades e a delicada interação em suas fronteiras e ecossistemas.

A pandemia é, de fato, sindemia e pode também ser entendida a partir de uma ética que questione a uniformização do consumo e a perda da segurança e soberania alimentar e nutricional em meio a processos de alienação do ser humano. Estruturas econômicas que se materializam, entre outras formas, no latifúndio que concentra monoculturas e em padrões de urbanização de elevado impacto socioambiental, demandam debates públicos. As ecovilas despontam como organizações que realizam reflexões em torno de tais desequilíbrios e desenvolvem ações de vida em comunidade orientadas à reprodução social – ressignificando a relação ser humano/natureza e o padrão hegemônico de vida em sociedade.

O exercício de vida em comunidade nas ecovilas é, em si, processo de resistência à vida individualista, do indivíduo atomizado. As ações desenvolvidas nas ecovilas, tratadas aqui em especial quanto ao ato agrícola, à bioconstruções e à educação e militância ecológica, evidenciam tentativas autoconsciente em direção a rupturas com noções hegemônicas de vida baseada no mercado para a reprodução do capital. A produção para autossuficiência, em meio a estrutura organizacional pensada para conciliar preservação e regeneração dos ecossistemas, é componente fundante de uma *práxis* de vida integrada e ecológica que pode ser desenvolvida nas ecovilas e se reverter em impactos positivos para todo o ecossistema natural e social.

Os desdobramentos da sindemia são difíceis de prever, tanto material como psicologicamente. O curso do capitalismo, porém, segue sua tendência de precarização do trabalho, terceirizações e desemprego sistêmico (Antunes, 2018) e a sindemia acentuou essa tendência. Ainda que uma ideologia que coloca a todos como empreendedores de si (Han, 2017) estimule populações a encontrar oportunidades na crise, a empresas a se reinventarem em termos sustentáveis para tentar sobreviver em um mundo cada vez mais “dinâmico”, o fato é que crises, como explica Harvey (2018), preparam o terreno para a renovação do capitalismo, não necessariamente para seu fim – talvez, para a exacerbação.

Reinvenções e estímulo ao poder criativo, em perspectiva economicista, podem aprofundar a degradação socioambiental. Ainda que existam pressões para um capitalismo mais “verde” ou um “ecocapitalismo”, tal cenário de desenvolvimento dito “sustentável” tem se mostrado incapaz de conciliar o apetite do capital para se reproduzir com os ciclos e tempos da natureza – uma vez que não contesta o poder e liberdade do capital e não se questionam a propriedade privada, condições de pobreza e desigualdades entre povos e nações. Em contraposição, noções de autossuficiência e de organizações autogeridas, como é o caso das ecovilas, conferem resiliência individual e coletiva apoiadas no compartilhamento da propriedade e da apropriação dos resultados do trabalho comunal por todos.

As ecovilas são organizações que exercitam autossuficiência pela via da redução da dependência do mercado para suprimento de necessidades como alimentação e moradia, ao tempo que incentivam a convivência entre moradores em regime autogestionário. São, assim, unidades pedagógicas e de militância ecológica. A estrutura social e o funcionamento das ecovilas, portanto, dão bases para discutirmos a sindemia a partir da reconfiguração de relações econômicas e de trabalho. Além disso, são úteis para orientar debates em torno do sociometabolismo ser humano/natureza de modo a preservar a ambos em sua dinâmica reprodutiva. Estudos futuros podem aprofundar o entendimento de como essas múltiplas relações que se expressam nas ecovilas podem confluir para pensarmos a superação do trabalho alienado e como suas ações de militância e educação ecológica podem contribuir para a conscientização da classe trabalhadora perante o estado de degradação socioambiental. Outro caminho de pesquisas é a compreensão melhor das ecovilas no contexto da agricultura familiar e sua relação com as lutas camponesas pelo acesso à terra e melhores condições para pequenos agricultores e sua influência nos debates e ações para a chamada transição agroecológica.

## Referências

- Agamben, G. (2020). *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. Boitempo Editorial.
- Altieri, M. A. (1998). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Bertran Vilà, M. (2010). Acercamiento antropológico de la alimentación y salud en México. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20, 387-411.
- Brasil. (2018). *Projeções do Agronegócio: Brasil 2017/18 a 2027/28 projeções de longo prazo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: MAPA/ACE. 112 p.*
- Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 1, 13-33.
- Comunello, L. N. (2017). *Aprendizagem e espiritualidade em Ecovilas: quando “o Universo todo ensina”* (Tese de Doutorado).
- Elliott, R. & Jankel-Elliott, N. (2003). Using ethnography in strategic consumer research. *Qualitative Market Research*, 6(4), 215-223.
- Flick, U. (2008). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed editora.
- Foster, J. B. (2012). A ecologia da economia política marxista. *Lutas sociais*, (28), 87-104.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Vozes.
- Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Editora Vozes Limitada.
- Harvey, D. (1989). *A condição pós-moderna: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola. HERITAGE, Jonh (1999). “Etnometodologia”, In Teoria Social Hoje, Org. Giddens e Turner. São Paulo: UNESP, 1989.
- Harvey, D. (2020). *Os sentidos do mundo: textos essenciais*. Boitempo.
- Harvey, D. (2020). *A loucura da razão econômica: Marx e o capitalismo no século XXI*. Boitempo.
- Horton, R. (2020). Offline: COVID-19 is not a pandemic. *Lancet*, 396(10255), 874.
- Lipovetsky, G. (2009). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Editora Companhia das Letras.
- Mariampolski, H. (1999). The power of ethnography. *Journal of the Market Research Society*, 41(1), 75-86.



- Marx, K. (1978). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Abril Cultural.
- Marx, K. (1996). *O capital: crítica da economia política*. Nova Cultural.
- Mészáros, I (2008). *A educação para além do capital*. Boitempo.
- Moisander, J. & Valtonen, A. (2006). *Qualitative marketing research: A cultural approach*. Sage.
- Perrota, A. P. (2020). Serpentes, morcegos, pangolins e ‘mercados úmidos’ chineses: Uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19. *Atas Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Reflexões na Pandemia*, 1-6.
- Primavesi, A. & Primavesi, A. M. (1965). *A biocenose do solo na produção vegetal*. Palotti.
- Ramos, A. G. (1981). *A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Fundação Getúlio Vargas.
- Serva, M. (1997). A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de administração de empresas*, 37(2), 18-30.
- Shiva, V. (2003). *Monoculturas da mente*. Gaia.
- Tres, G. S. & Souza, W. J. (2019). La naturaleza epistemológica de las ecovilas: Revisión sistemática en las tesis defendidas en programas de postgrado en Brasil. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, 18(2), 137-155.
- Tres, G. S. (2021). *Práxis ecológica em organizações substantivas: articulação entre trabalho comunal, gestão comunal e economia plural em ecovilas* (Tese de Doutorado).
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (5a ed.), Bookman.